

Brookfield negocia controle da Odebrecht Ambiental

Saneamento

Ivo Ribeiro
De São Paulo

O fundo canadense de infraestrutura Brookfield está fechando as negociações para assumir o controle da empresa de saneamento Odebrecht Ambiental, do grupo Odebrecht, conforme apurou o **Valor** com fontes do setor a par das negociações.

O valor do negócio, pela totalidade das ações da empresa, é esti-

mado entre R\$ 5 bilhões e R\$ 6 bilhões. O grupo Odebrecht detém 70% do capital da companhia.

A divisão de infraestrutura da Brookfield tem sido bastante ativa em aquisições no país. Tem ativos nas áreas de energia, ferrovia (26,5% da VLI) e de concessões rodoviárias (co-controla a Arteris com a espanhola Abertis). Recentemente, esteve próxima de assumir os 24,5% da OAS na holding de infraestrutura Invepar.

A Odebrecht ambiental, que tem atuação em concessões de

água e esgoto, além de clientes industriais, integra o pacote de ativos colocados à venda pelo grupo Odebrecht. O objetivo é arrecadar R\$ 12 bilhões até o fim do ano, desfazendo-se de diversos negócios em áreas como energia, saneamento e empreendimentos imobiliários, no país e exterior.

Os recursos serão utilizados para abater dívidas do conglomerado empresarial, envolvido na Operação Lava Jato da Polícia Federal, que investiga desvios em contratos da Petrobras.

No momento, a Odebrecht finaliza as negociações com vários bancos da rolagem da dívida de R\$ 13 bilhões da empresa de açúcar e etanol, a Odebrecht Agroindustrial. Entre capital e ativos, o grupo — detentor da totalidade do capital da empresa — deverá pelo menos R\$ 4 bilhões.

O grupo Odebrecht tem como sócio no capital da empresa, com 30% das ações, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS), gerido pela Caixa Econômica Federal

e aplica recursos em empresas com atuação na área de infraestrutura, como energia, saneamento e outras concessões.

A Odebrecht Ambiental, montada a partir de 2009, tem presença em 11 estados brasileiros. No ano passado teve receita bruta operacional da ordem de R\$ 2,3 bilhões, o que representou crescimento de 17% sobre os R\$ 1,97 bilhão de 2014. É considerada um ativo bom, lucrativo, por especialistas desse setor. O balanço de 2015 ainda não foi divulgado.

O grupo Odebrecht e a empresa contam a assessoria, nessa transação, dos bancos Bradesco, Itaú-BBA e BTG Pactual, contratados desde o último trimestre de 2015 para buscar candidatos. Além da Brookfield, houve interesse de grupos franceses. A empresa chegou a cogitar a busca de um sócio, mas a ideia não prosperou.

O grupo Odebrecht e a empresa informaram que não comenta o assunto de venda, já admitida pelo conglomerado. A Brookfield preferiu também não comentar.

Concessões Com prejuízo de R\$ 1,7 bilhão, há dúvidas sobre capacidade de pagar as dívidas de curto prazo

Balanço expõe posição delicada da Invepar

Victória Mantoan e
Juliana Machado
De São Paulo

Com prejuízo bilionário em 2015, a holding de infraestrutura Invepar entra em 2016 com dúvidas sobre sua capacidade de pagar dívidas de curto prazo e manter sua operação e de suas controladas. Após quase um mês de atraso, a concessionária do aeroporto de Guarulhos divulgou os resultados referentes ao exercício de 2015, em que reportou prejuízo de R\$ 1,72 bilhão, quase quatro vezes o visto em 2014. O prejuízo atribuído aos sócios controladores foi de R\$ 956,2 milhões. A "incerteza significativa" sobre a capacidade de continuidade operacional da companhia foi motivo para ênfase do auditor do balanço, a Deloitte.

A administração da companhia informou, por meio das notas explicativas que acompanham as demonstrações financeiras, que uma das soluções para o reequilíbrio das finanças no curto prazo é o su-

cesso da venda da LAMSAC (Linha Amariilla S.A.C.), concessionária que detém no Peru, mas diz que, para isso, a operação precisa acontecer em um "prazo próximo".

Já no fim de 2015 a Invepar capotou R\$ 2 bilhões em debêntures com o objetivo de rolar dívidas. Os bancos privados, porém, entraram com apenas um quarto do montante. Os próprios acionistas da companhia, os fundos de pensão Petros, Previ e Funcef, tiveram de entrar com R\$ 1 bilhão. Outros R\$ 500 milhões foram injetados pela canadense Brookfield, que na época negociava ficar com as ações da OAS na Invepar. O **Valor** apurou que a posição dos bancos é de que só voltariam a financiar Invepar uma vez equacionada a saída da empreiteira, acionista do bloco de controle da empresa.

A expectativa da companhia é de que a venda no Peru resolva o aperto financeiro, já que, conforme a administração, os recursos seriam suficientes para quitar as debêntures, consideradas de custo

elevado e com resgate obrigatório em caso de venda de ativos, e ainda pagar compromissos de curto prazo. Fontes do mercado e próximas à empresa estimam que o valor do ativo esteja acima de US\$ 1 bilhão.

Neste mês a empresa teve de renegociar mais 30 dias de prazo para debêntures da controlada Metro Barra, no valor de R\$ 600 milhões, captadas como empréstimo ponte, que venceram em 21 de abril. A companhia expressa nas notas explicativas a expectativa de concluir as condições necessárias à liberação do financiamento de longo prazo. Caso a liberação do financiamento não ocorra no prazo esperado, porém, "a controlada e a Invepar seguirão renegociando o vencimento das debêntures junto aos atuais credores".

A empresa teve, em um ano, um agravamento da sua dívida de curto prazo, ao mesmo tempo em que piorou sua posição de caixa. A Invepar contava, em 31 de dezembro de 2015, com um passivo circulante total, ou seja, o compromisso



Atualização da outorga fixa do aeroporto de Guarulhos, paga ao governo federal, pesou na linha de despesas financeiras

que tem de pagar em até 12 meses, de R\$ 5 bilhões e somava, nas linhas de caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto prazo, R\$ 649,2 milhões. Um ano antes, reportava R\$ 2,69 bilhões de passivo circulante e R\$ 1,26 bilhão de caixa e equivalentes e aplicações financeiras de curto prazo.

A receita operacional líquida cresceu 12,5% em 2015, para R\$ 3,4 bilhões. Os custos dos serviços prestados subiram 15,3%, somando R\$ 2,1 bilhões. Além disso, a Invepar teve resultado financeiro negativo em R\$ 2,11 bilhões, contra R\$ 968,2 milhões em 2014.

A principal responsável pelo inchaço na linha das despesas financeiras é a atualização da outorga fixa de Guarulhos. A concessionária é obrigada a pagar a União uma contribuição fixa, em parcelas anuais reajustadas pelo IPCA. A atualização referente ao fim de 2015, informou a empresa, somou R\$ 1,8 bilhão, dos quais R\$ 1,22 bilhão foram registrados como despesa financeira do período. No ano anterior, a despesa financeira referente a essa atualização foi de R\$ 472,1 milhões.

Outro ponto de preocupação para a empresa diz respeito às in-

vestigações da Operação Lava-Jato. Os auditores do balanço fizeram ênfase também sobre essa questão. A Invepar diz, nas notas explicativas, que não há qualquer indício de que venha a ser afetada pelos resultados das investigações. O auditor destaca, porém, que seu desfecho e eventual efeito para a empresa não é conhecido.

A participação de 24,4% do capital social da Invepar foi o principal ativo colocado à venda pela OAS na sua recuperação judicial. As ações devem ir para os detentores de bonds da OAS Investimentos, fundos abutres.

Mendes Júnior é considerada inidônea e pode fechar delação

Construção pesada

Murillo Camarotto, Daniel Rittner, Máira Magro e Marcos de Moura e Souza
De Brasília e Belo Horizonte

Saiu ontem a primeira declaração de inidoneidade para uma empresa suspeita de participação no escândalo de corrupção investigado pela Operação Lava-Jato. Com a decisão, proferida pela Controladoria Geral da União (CGU), a construtora Mendes Júnior está impedida de participar de licitações para obras públicas federais, estaduais e municipais.

A empresa integrava o rol de 29 grupos processados pelo governo por irregularidades em contratos com a Petrobras. O ministro-chefe da CGU, Luiz Navarro, disse ao **Valor** que a Mendes Júnior se recusou a negociar qualquer acordo de leniência e que, durante todo o processo, insistiu em uma única tese: a empresa foi extorquida por políticos e agentes da Petrobras. "Nós não acatamos essa argumentação", afirmou o ministro.

Mas ontem, após decisão da CGU, dois interlocutores importantes da direção da Mendes Júnior indicaram que a empresa está a caminho de firmar um acordo de leniência com a Justiça. Com isso, a

construtora se comprometeria a revelar detalhes sobre o esquema de desvios de recursos envolvendo as construtoras e a Petrobras em troca de punições mais brandas.

Segundo uma das fontes ouvidas pelo **Valor**, a decisão da CGU não seria o principal motivador de um acordo judicial, mas teria seu peso. Outra pessoa avalia que a inidoneidade poderá levar a família que controla a construtora a revelar o que sabe sobre irregularidades em contratos públicos.

O processo da CGU usou informações compartilhadas pela Justiça Federal, além de dados obtidos com o Ministério Público Federal (MPF), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Petrobras. Também foram ouvidos investigados que fecharam acordo de delação premiada na Lava-Jato, como Alberto Youssef, Paulo Roberto Costa, Pedro Barusco e Mario Goes.

Segundo a CGU, a acusação contra a Mendes Júnior foi formulada com base em duas irregularidades previstas na Lei 8.666/93. A primeira foi a prática de atos lesivos para frustrar os objetivos da licitação, caracterizada pelo conluio entre empresas que prestavam serviços à Petrobras. A outra foi a demonstração de não ter idoneidade para contratar com a administração,

como ficou demonstrado na prática de atos ilícitos, caracterizada pelo pagamento de propina a agentes públicos para garantir a continuidade de ajustes anticompetitivos.

De acordo com o processo, a construtora combinava previamente com os concorrentes as licitações que cada um deveria vencer e quem faria propostas de cobertura para gerar aparente legitimidade. A Controladoria também afirma que ficou comprovado o uso de empresas de fachada para forjar pagamentos.

Tradicional construtora de grandes obras públicas, a Mendes Júnior pediu recuperação judicial em março. A companhia tem até 15 de maio para apresentar um plano de pagamento de débitos que somam R\$ 253 milhões. Alguns de seus principais executivos chegaram a ser presos e Sérgio Cunha Mendes, então vice-presidente, foi condenado no fim do ano passado pelo juiz Sergio Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, a 19 anos e 4 meses por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

Em uma breve nota, a companhia afirmou que ainda não teve acesso às razões da decisão da CGU, "mas, desde já, informa que adotará todas as medidas legais para resguardar os seus direitos."

CGU deve provocar "corrida" por leniência de companhias da Lava-Jato

Leticia Casado
De Brasília

A declaração de inidoneidade da Mendes Júnior pela Controladoria-Geral da União deve provocar uma corrida por acordos de leniência entre as empresas envolvidas na Operação Lava-Jato. A perspectiva de estrangulamento financeiro gerado pela proibição de assinar contratos com o setor público acendeu o alerta nas companhias, que devem iniciar ou intensificar as conversas junto a órgãos administrativos e penais — como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Ministério Público Federal (MPF), além da própria CGU.

A Mendes Júnior deve recorrer da decisão da CGU nos tribunais superiores. A empresa informou ontem em nota que "adotará todas as medidas legais para resguardar os seus direitos". A companhia no entanto não respondeu sobre o impacto da decisão nas negociações para acordo de delação premiada de ex-executivos — incluindo o ex-vice-presidente da compa-

nhia Sergio Cunha Mendes.

Mesmo se recorrer, a Mendes Júnior deve ter dificuldades para conseguir reverter a punição dada pela CGU, diz uma fonte próxima ao assunto, para quem vai "ser difícil" achar alguém para anular punição a empresa envolvida na Lava-Jato.

A proibição de contratar com o setor público aumentou o risco de inviabilizar novos acordos, uma vez que a empresa, que já fez pedido de recuperação judicial, terá menos dinheiro em caixa para pagar as multas impostas nessas negociações. Como mostrou o **Valor** em março, a Mendes Júnior negocia acordos de delação de quatro executivos e de leniência com o MPF.

A situação de Sergio Cunha Mendes também é delicada: os procuradores da Lava-Jato têm se mostrado pouco interessados pelas informações do executivo, uma vez que o que ele teria a delatar já foi feito em outras colaborações, disse uma fonte a par do assunto. Ele foi condenado a 19 anos e 4 meses de prisão por

corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa pelo juiz Sergio Moro, responsável pela Lava-Jato na primeira instância.

A decisão da CGU gerou tensão entre as empresas da Lava-Jato que negociam o "pacote" de acordos de delação e leniência por ressaltar a importância de se criar um ambiente com segurança jurídica para os acordos, disseram ao **Valor** fontes envolvidas nas negociações. As companhias temem fechar acordo com um órgão e ser processado por outro. Desde 2014, quando estourou a Lava-Jato, a CGU instaurou processo administrativo de responsabilização contra 29 empreiteiras investigadas na operação, das quais cerca de dez procuraram o órgão para negociar leniência.

A decisão de ontem da Controladoria chamou a atenção entre as empresas da Lava-Jato por ter sido feita durante momento político conturbado. Fontes que atuam nas negociações disseram que projetavam a primeira resposta da CGU para daqui a algumas semanas.

Inscreva sua empresa na pesquisa **Valor Carreira 2016.**

É gratuita e com o índice exclusivo de engajamento dos funcionários.

Acesse: valor.com.br/ValorCarreira

Valor
CARREIRA
AS MELHORES
NA GESTÃO
DE PESSOAS
2016